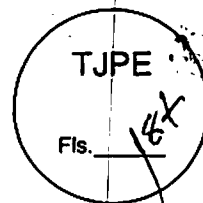




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do D^os. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 195255-25.2012.8.17.0001 (314163-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
APELADA: MARIA IVETE DE SOUZA MENDES

EMENTA: RECURSO DE APELAÇÃO. DIREITO DO CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. QUITAÇÃO REGULAR. INSCRIÇÃO DA TOTALIDADE DA DÍVIDA ADIMPLIDA NO SERASA EM MOMENTO POSTERIOR. RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE POR REPRESENTANTE DO APELANTE. DANO MORAL IN RE IPSA. PRECEDENTES DO STJ. ADEQUAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. JUROS MORATÓRIOS. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. SÚMULA 54/STJ. APELO IMPROVIDO.

- Apelada que obteve empréstimo junto à instituição financeira ora Apelante, objeto de desconto em folha de pagamento, e devidamente quitado pela Apelada sem qualquer espécie de atraso ou empecilho. Inscrição no SERASA no mês seguinte à quitação, pela totalidade do valor objeto do contrato. Reconhecimento da ilegalidade da negativação por representante do Apelante.

- Provado o acontecimento danoso, bem como a responsabilidade do réu no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar. Inscrição apta a provocar aflição superior ao mero aborrecimento. Precedentes do STJ.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE


Fls. _____

- Valor da indenização que deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos. Adequação do valor arbitrado no 1º Grau (R\$10.812,81 - dez mil oitocentos e doze reais e oitenta e um centavos).
- Impossibilidade de deslocamento dos danos morais para o momento da prolação da sentença, pois a responsabilidade civil, neste caso, tem natureza extracontratual, de forma que aqueles, nos termos da Súmula nº 54/STJ, devem incidir desde o evento danoso.
- Recurso improvido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a compor o julgado.

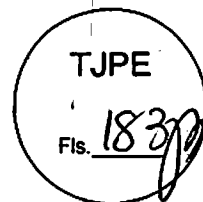
Sala de Sessões, em 25/9/18 .


Des. Tenório dos Santos

Relator substituto



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 195255-25.2012.8.17.0001 (314163-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
APELADA: MARIA IVETE DE SOUZA MENDES

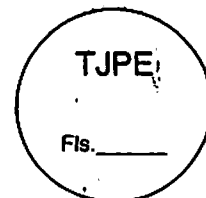
R E L A T Ó R I O

Trata-se de apelo interposto contra sentença (fls. 116/117) que julgou procedente "ação de indenização por danos morais", condenando o Apelante ao pagamento de R\$10.812,81 (dez mil oitocentos e doze reais e oitenta e um centavos), a ser corrigido monetariamente a partir da sentença, e acrescido de juros moratórios a partir do evento danoso, ao reconhecer a inclusão indevida do nome da Autora em cadastro restritivo do SERASA (fls. 42), por empréstimo consignado já quitado, em valor equivalente àquele arbitrado na sentença a título de danos morais. O sucumbente foi ainda condenado em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor total da condenação.

As razões recursais (fls. 120/129), o Apelante aduz a inexistência de dano moral, pois a inscrição configuraria "mero dissabor ou aborrecimento", afastando a possibilidade de indenização.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Destarte, pugna pela exclusão da indenização ou, subsidiariamente, que seja reduzida a patamar razoável (valor máximo de R\$1.000,00 - mil reais), considerando que aquele fixado pelo Juízo a quo seria desproporcional, sob pena de enriquecimento sem causa da parte adversa.

Requer, por fim, o deslocamento da incidência dos juros de mora para a data da prolação da sentença.

Preparo às fls. 130.

Contrarrrazões da Apelada (fls. 169/173), nas quais requer seja mantida a sentença em todos os seus termos, destacando que a dívida já havia sido regularmente quitada antes de sua inscrição no órgão reestruturador, justificando o valor fixado no 1º Grau, sob pena de afastar o seu caráter educativo.

Por fim, requer a condenação do Apelante nas penas por litigância de má-fé, em face da alegada interposição de recurso com intuito protelatório.

É o relatório, no essencial.

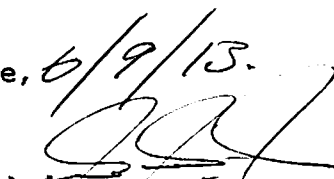


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Carneiro de Moraes

TJPE

Fls. 184p

Diante da desnecessidade de revisão, eis que o feito tramitou pelo rito sumário, inclua-se em pauta, nos termos do art. 551, §3º, do CPC¹.

Recife, 6/9/13.


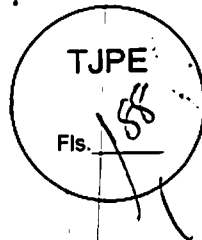
Des. Tenório dos Santos

Relator substituto

¹ Art. 551. Tratando-se de apelação, de embargos infringentes e de ação rescisória, os autos serão conclusos ao revisor. (...) §3º Nos recursos interpostos nas causas de procedimentos sumários, de despejo e nos casos de indeferimento liminar da petição inicial, não haverá revisor.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO 195255-25.2012.8.17.0001 (314163-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES
APELANTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A
APELADA: MARIA IVETE DE SOUZA MENDES

V O T O

Considerando ser incontroversa a inscrição indevida do débito quitado no SERASA - pois o próprio representante da Apelante reconheceu na audiência de conciliação "a ilegalidade da negativação" (fls. 82) -, o cerne da apelação reside em saber se existe dano moral indenizável.

De acordo com a linha de argumentação do Recorrente, tal fato seria insuficiente para caracterizar a responsabilidade reconhecida na instância de origem, pois tratar-se-ia de mero aborrecimento, assemelhado àqueles "acontecimentos (...) cotidianos, não havendo quem não as passe ou cause" (fls. 125).

O raciocínio, contudo, não merece guarida, pois as peculiaridades do caso em tela afastam a hipótese de simples dissabor ou contrariedade. Isto porque, conforme narrado na exordial (e comprovado através dos documentos que a instruíram), a Apelante obteve empréstimo junto à instituição



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

financeira ora Apelante, no valor de R\$10.812,81 (dez mil oitocentos e doze reais e oitenta e um centavos), a ser adimplido em 36 (trinta e seis) parcelas de R\$424,91 (quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e um centavos).

> Tal contrato foi objeto de desconto em folha de pagamento, e devidamente quitado pela Apelada sem qualquer espécie de atraso ou empecilho, com o abatimento da última parcela realizado na folha salarial de julho de 2012 (fls. 41). Todavia, apesar do adimplemento da integralidade do empréstimo, a Recorrida foi inscrita no SERASA no mês seguinte à quitação, pela totalidade do valor objeto do contrato (fls. 42).

Neste caso, consoante pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o dano moral é *in re ipsa*, prescindindo de prova de efetivo prejuízo, sendo presumível, portanto, à medida que decorre "do próprio ato lesivo de inscrição indevida nos cadastros de restrição ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrido pelo autor, que se permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito a ressarcimento" (REsp 724.304/PB, rel. Min. Jorge Scartezzini, j. 12/9/2005).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 99

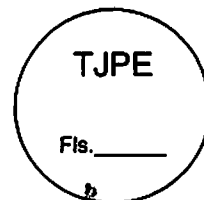
De fato, provado o acontecimento danoso, bem como a responsabilidade do Apelante no referido evento, o dano moral fica evidenciado sem a necessidade de qualquer outra prova, prevalecendo o entendimento de que basta a demonstração do nexo de causalidade entre o dano e a conduta do ofensor para que surja o dever de indenizar, condições essas satisfatoriamente comprovadas no caso em epígrafe.

Quanto ao pedido de redução da indenização por danos morais, entendo não deva alcançar melhor sorte, pois o valor da indenização deve proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido, produzindo no agente do ilícito impacto suficiente para dissuadi-lo de igual procedimento, forçando-o a adotar cautela maior em situações como a descrita nestes autos.

Assim, levando-se em conta os princípios que orientam a reparação do dano moral, como a situação econômica das partes envolvidas, a gravidade do dano causado, e o escopo satisfativo e pedagógico da reparação (sem desbordar de prudentes limites e sem ensejar enriquecimento desmotivado à lesada), tenho por adequado o *quantum* indenizatório arbitrado no primeiro grau - R\$10.812,81 (dez mil oitocentos e doze reais e oitenta e um centavos).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Neste sentido, precedente do Col. STJ, aplicável
mutatis mutandis ao caso em discepção, senão vejamos:

.....

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INSCRIÇÃO INDEVIDA DONOME DO AUTOR NO SPC E SERASA. DÉBITO JÁ QUITADO. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. DANO MORAL CONFIGURADO. TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOS. SÚMULA 54/STJ. 1. O Tribunal a quo fixou a indenização por danos morais em R\$9.000,00 (nove mil reais), atualizados monetariamente, e acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data do evento danoso, ou seja, a partir da data da restrição cadastral sofrida pelo recorrido, consoante previsão da Súmula 54/STJ. 2. O decisor recorrido encontra-se em harmonia com o entendimento firmado nesta Corte. Incidência da Súmula 54/STJ: "os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual". Precedentes. 3. Recurso não conhecido. (REsp 871149 RJ, Relator: Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, DJ 26/02/2007 p. 611)

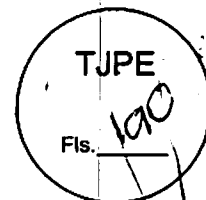
.....

Quanto ao pedido de deslocamento dos juros fixados na sentença para a data da prolação da sentença, este não merece guarida, tendo em vista que a responsabilidade civil *in casu* tem natureza extracontratual, de forma que aqueles, nos termos da Súmula nº 54, do STJ¹, devem incidir desde o evento danoso.

¹ Súmula 54/STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Por fim, deixo de aplicar a pena por litigância de má-fé requerida pela Recorrida, tendo em vista que o teor da peça não desbordou do direito de defesa do Apelante.

Ademais, a mera interposição da apelação (direito processual da parte) não pode dar ensejo à multa por litigância de má-fé, por não se caracterizar como meramente protelatório, considerando o interesse recursal em reduzir o valor da indenização, apesar de não ter logrado êxito.

Isto posto, observando as balizas da proporcionalidade e da razoabilidade, **NEGO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO**, mantendo a sentença em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28/9/18


Des. Tenório dos Santos

Relator substituto